



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ACTA N.º 31/XI/2.ª

Aos nove dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, pelas onze horas e dez minutos, reuniu, na Sala 6 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

11:00 Horas

- 1- Distribuição de iniciativas legislativas;
- 2- **Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias, incluindo da COM(2010)748 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial; SEC(2010)1547 - COMMISSION STAFF WORKING PAPER - IMPACT ASSESSMENT Accompanying document to the Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on jurisdiction and the recognition and enforcement of judgments in civil and commercial matters e SEC(2010)1548 - DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO - RESUMO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO Documento que acompanha a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial - Relatora: Dep. Ana Catarina Mendes (PS);**
- 3- **Apreciação e votação de relatórios de petições;**
- 4- **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE solicitando a audição da Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos sobre o relatório das visitas efectuadas a Centros Educativos no ano de 2010;**
- 5- **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD solicitando a audição do Ministro da Justiça para esclarecimentos sobre o projecto de fusão da Direcção-Geral de Reinserção Social na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e sobre a demissão do Director-Adjunto do CEJ, Procurador Rui do Carmo;**
- 6- **Outros assuntos.**

12:00 Horas - Audição da Juíza-Presidente do Tribunal de Comércio de Lisboa, no âmbito da discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 32/XI/1.ª (GOV) - "Cria o tribunal de competência especializada para a propriedade intelectual e o tribunal de competência especializada para a concorrência, regulação e supervisão e procede à alteração à Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, aprovada pela Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, ao regime jurídico da concorrência aprovado pela Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, à Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, à Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, à Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, aprovada pela Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, à Lei n.º 99/2009, de 4 de Setembro, ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, ao Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Abril, ao Código dos Valores



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro, ao Código da Propriedade Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36/2003, de 5 de Março, e aos Decretos-Lei n.º s 95/2006, de 29 de Maio, e 144/2006, de 31 de Julho".

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

PJL 511/XI/2.ª (BE)	Alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de Abril, do Controlo Público da Riqueza do Titulares de Cargos Públicos - de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS).
PJL 512/XI/2.ª (BE)	Cria o tipo de crime de enriquecimento ilícito - de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS).

No segundo ponto da ordem de trabalhos, foi apresentado, pela respectiva Relatora, Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS), o relatório sobre a iniciativa COM(2010)748 - *Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial* e sobre os documentos associados SEC(2010)1547 - *COMMISSION STAFF WORKING PAPER - IMPACT ASSESSMENT Accompanying document to the Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on jurisdiction and the recognition and enforcement of judgments in civil and commercial matters* e SEC(2010)1548 - *DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO - RESUMO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO Documento que acompanha a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial*. O relatório foi



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

aprovado com os votos a favor do PS, PSD e CDS/PP e a abstenção do BE e do PCP, na ausência do PEV.

Não havendo relatórios de petições para apreciar, o Senhor Presidente confirmou que a audição do Senhor Ministro da Administração Interna, para esclarecimentos sobre o acto eleitoral de 23 de Janeiro de 2011, na sequência do relatório do inquérito promovido para apuramento dos factos então ocorridos, teria lugar no dia 11 de Fevereiro, às 14h30.

Os Senhores Deputados Luís Montenegro (PSD), Helena Pinto (BE), Nuno Magalhães (CDS/PP) e Hugo Velosa (PSD) sublinharam a necessidade de a Comissão ter acesso atempado ao referido relatório, permitindo a sua análise antecipada, para o que solicitaram os bons ofícios do Senhor Presidente da Comissão. Em resposta, o Senhor Presidente explicou que, logo que, às 20h do dia 8 de Fevereiro, véspera da reunião, recebera o requerimento do CDS/PP solicitando ao Ministro da Administração Interna o acesso da Comissão aos elementos relativos ao Relatório do Inquérito sobre o acto eleitoral para a Presidência da República do dia 23 de Janeiro de 2011, diligenciara no sentido de encaminhar tal pedido, formal e informalmente, ao Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, o que reiteraria naquela data, dando conta do clamor da Comissão. O Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP), que requerera o acesso ao documento, anunciou que, caso este não chegasse ao conhecimento da Comissão em tempo útil, solicitaria o regresso do Senhor Ministro à Comissão noutra data.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) apresentou então um requerimento escrito no sentido de formalizar uma proposta de audição do Senhor Ministro da Presidência, sendo a Presidência do Conselho de Ministros a entidade emissora do cartão de cidadão, na sequência dos problemas ocorridos nas eleições Presidenciais de 2011



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

acerca de problemas relativos à emissão do cartão de cidadão, designadamente sobre as suas consequências na organização do recenseamento e do processo eleitoral.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado com votos a favor do PSD, do CDS/PP, do BE e do PCP e a abstenção do PS, na ausência do PEV.

Foi deliberado que, na mesma audição, estivesse presente o Senhor Presidente do Conselho Directivo da Agência para a Modernização Administrativa, I.P., cuja presença fora requerida pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP [a par do Senhor Ministro da Administração Interna, de um responsável da DGAI (por não ser possível a convocação do respectivo Director-Geral, cuja demissão fora aceite, e, bem assim, do Coordenador de Equipas da Unidade de Tecnologias de Informação de Segurança (UTIS)] e aprovada por unanimidade.

Em seguida, a Senhora Deputada Teresa Morais (PSD) apresentou o requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para audição do Senhor Ministro da Justiça acerca do funcionamento dos Centros Educativos (na sequência do relatório apresentado pela respectiva Comissão de Fiscalização), bem como sobre o projecto de fusão da Direcção-Geral de Reinserção Social na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e ainda sobre a demissão do Director-Adjunto do CEJ, Procurador Rui do Carmo. A Senhora Deputada Teresa Morais (PSD) acrescentou que a audição incidiria, em ponto autónomo, sobre o objecto do requerimento oralmente apresentado e aprovado na véspera – audição no âmbito da nova apreciação da PPL n.º 45/XI (GOV) – *“Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público em matéria de aposentação, reforma e jubilação, define as condições de atribuição do suplemento de fixação e do novo suplemento que substitui o subsídio de compensação e altera os respectivos regimes de substituição e acumulação”*.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

A Senhora Deputada Helena Pinto (BE) apresentou também o seu requerimento para audição da Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos sobre o relatório das visitas efectuadas por esta Comissão a Centros Educativos no ano de 2010, dando nota de que entendia ser preferível a realização desta audição previamente à do Senhor Ministro da Justiça sobre esta matéria.

Após um breve debate, os Grupos Parlamentares presentes manifestaram considerar adequada a ordem das audições proposta, tendo os dois requerimentos sido aprovados por unanimidade, na ausência do PEV. Assim, ficou deliberado que a audição do Senhor Ministro da Justiça, a realizar indicativamente na terça-feira subsequente, dia 15 de Fevereiro, teria como objecto os seguintes pontos distintos: a nova apreciação, nos termos do artigo 146.º do RAR, da Proposta de Lei n.º 45/XI/2.ª (GOV) - "*Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público em matéria de aposentação, reforma e jubilação, define as condições de atribuição do suplemento de fixação e do novo suplemento que substitui o subsídio de compensação e altera os respectivos regimes de substituição e acumulação*"; e o objecto do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, na parte relativa à fusão da Direcção-Geral de Reinserção Social e da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e acerca da demissão do Director-Adjunto do CEJ, Dr. Rui do Carmo. A audição tendo como objecto a parte do requerimento relativa ao funcionamento dos Centros Educativos só deveria ter lugar após a audição da respectiva Comissão de Fiscalização, a agendar oportunamente.

No último ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente deu conta de que as observações constantes do relatório, da responsabilidade da Senhora Deputada Celeste Correia (PS), sobre a iniciativa europeia COM(2010)624 final - *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria um mecanismo de avaliação para verificar a aplicação do acervo de Schengen*, que fora aprovado na



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

reunião da Comissão de 20 de Dezembro de 2010, haviam merecido indicação, por parte da REPER, de que seriam apreciadas no Conselho, atenta a sua relevância e interesse para a discussão da Proposta. O Senhor Presidente elogiou o trabalho produzido, tendo considerado um incentivo à elaboração de relatórios mais substanciais e opinativos pela Comissão.

A Senhora Deputada Teresa Morais (PSD) anunciou ainda que a Subcomissão de Igualdade realizaria, no subsequente dia 17 de Fevereiro, quinta-feira, pelas 11h30, uma reunião com a presença de uma Delegação de Parlamentares Britânicos do *"All-Party Parliamentary Group on Human Trafficking"*, apelando pois à participação dos membros da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias que pudessem comparecer na reunião e cuja indicação de presença solicitou fosse feita antecipadamente, por razões logísticas), apelo que foi secundado pelo Presidente da Comissão.

Não havendo outros pontos da ordem de trabalhos por cumprir, teve início a audição da Juíza-Presidente do Tribunal de Comércio de Lisboa (Dr.ª Maria de Fátima dos Reis Silva) e de outra magistrada judicial do mesmo Tribunal (Dr.ª Maria José Costeira), no âmbito da discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 32/XI/1.ª (GOV), que *"Cria o tribunal de competência especializada para a propriedade intelectual e o tribunal de competência especializada para a concorrência, regulação e supervisão e procede à alteração à Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, aprovada pela Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, ao regime jurídico da concorrência aprovado pela Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, à Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, à Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, à Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, aprovada pela Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, à Lei n.º 99/2009, de 4 de Setembro, ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Dezembro, ao Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Abril, ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro, ao Código da Propriedade Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36/2003, de 5 de Março, e aos Decretos-Lei n.º s 95/2006, de 29 de Maio, e 144/2006, de 31 de Julho".

Após uma intervenção inicial de ambas as magistradas, em que se pronunciaram sobre as soluções e opções constantes da Proposta de Lei, intervieram de seguida, tecendo considerações e colocando questões, os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS), João Oliveira (PCP), Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP), Hugo Velosa (PSD) e Manuel Seabra (PS), às quais as magistradas do Tribunal de Comércio de Lisboa responderam em conjunto.

A audição foi integralmente gravada em suportes áudio e vídeo e transmitida, em diferido, no Canal Parlamento, encontrando-se o respectivo [registo vídeo](#) disponível para consulta na página Internet do Canal Parlamento.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às treze horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Osvaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 02-03-2011



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Celeste Correia
Filipe Lobo D' Ávila
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Helena Pinto
Hugo Velosa
Isabel Oneto
Jorge Bacelar Gouveia
Luís Montenegro
Manuel Seabra
Maria Manuela Augusto
Nuno Magalhães
Osvaldo de Castro
Ricardo Rodrigues
Teresa Morais
Ana Catarina Mendonça Mendes
Carlos Peixoto
Marques Júnior



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Negrão

José Luís Ferreira

Luís Pita Ameixa

Luísa Roseira

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

Maria do Rosário Carneiro